



Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 019/2022 DETRAN/GO

PROCESSO: 202200025007582

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/07/2022, às 09:00 horas (Horário de Brasília)

LOCAL: Ambiente virtual, sítio www.comprasnet.go.gov.br

RECURSO: Fonte

1- PREÂMBULO

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, através de seu Presidente, determina abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo Pregoeiro/DETRAN - GO, usando a competência delegada na Portaria nº 493 - Gab. Presidência, datada de 11 de maio de 2022, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação sob a **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do Tipo Menor Preço por Item**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, a ser realizada em sessão pública, com modo de Disputa **ABERTO**, oriunda do processo nº **202200025007582**, visando a Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliário geral – Estação de Trabalho Mesa Orgânica em “L” e Estação de Trabalho Retangular, incluso garantia de 05(cinco) anos, conforme especificações e quantitativos descritos neste instrumento e Anexo I - Termo de Referência.

A presente licitação e consequente contratação serão regidas pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002; Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012; Decreto Estadual 9.666, de 21 de maio de 2020, Lei Complementar Federal nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores dada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014; Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011, Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

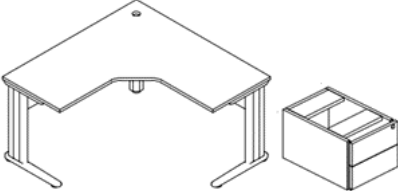
Este edital será publicado e ficará disponível aos interessados nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.detrان.go.gov.br, de livre acesso.

Obs1: Nesta licitação será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 7.466/2011.

2) NÃO HAVERÁ RESERVA DE COTA DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME E EPP, POSTO QUE ESTA RESERVA NOS ITENS PODERIA GERAR DISCREPÂNCIA DE VALORES NOS LANCES.

2- DO OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliário geral - estação de trabalho em "L" e estação de trabalho tipo retangular (mesas), com entrega única, em até **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, conforme especificações e quantitativos descritos neste instrumento, para atender as necessidades do Detran/GO - Sede, Ciretrans e postos de atendimento do Detran/GO instalados nos Vapt-Vupt's da Capital e Interior.

| ITEM | UND | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|------|-----|---|------------|
| 01 | UND |  <p>ESTAÇÃO DE TRABALHO ORGÂNICA, TIPO EM "L".</p> <p>Dimensões: 1600 x 600 x 1400 x 600 x 740 mm (LxPxLxPxH).</p> <p>Tampo único</p> <p>Em formato de “L” com 25 mm de espessura, com corte interno do tampo em formato ergonômico com raio aproximado de 300 mm, confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de</p> | 60 |

PVC na mesma cor do tampo com 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm, em acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt.

O acesso dos fios ao tampo deve ser feito por meio de 1 passa fio em PVC rígido na diagonal do vértice externo do tampo, com diâmetro aproximado de 60 mm, com tampa removível, e abertura para passagem dos fios.

Estrutura

Deve ser composta por dois pés laterais, um pé sextavado no vértice, painel frontal e calha.

Os pés laterais devem ser constituídos por chapas em aço SAE 1020 conformadas, em três peças, base inferior, coluna e base superior para suporte do tampo.

A fixação do tampo na estrutura deverá ser feita por meio de parafusos fixados através de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, e cravadas na face inferior do tampo, **possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo.**

Base inferior fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, estampada e repuxada, medindo aproximadamente 565 x 60 x 33 mm, com 2 furos superiores para conexão com as colunas, e, ainda, possuir chapa de reforço em formato de "U", medidas mínimas de 510 x 56 x 12 mm, com espessura mínima de 1,5 mm que deverá receber as sapatas niveladoras em nylon com Ø de 63 mm, com parafuso central com rosca, fixadas na parte inferior da base, que permita corrigir eventuais desníveis de piso.

A coluna dupla deve medir 232 x 40 x 630 mm, e ser produzida em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, unidas pelo processo de solda MIG, proporcionando a fixação entre as bases e a coluna.

Paralela à coluna devem ser acopladas duas calhas de saque frontal com 2 estampagem de 94 x 35 mm nas extremidades, que possibilite a passagem e organização de cabos e fios.

Base superior para apoio do tampo deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 3,0 mm, estampada e repuxada, medindo 600 x 60 x 30 mm em formato de "U", com dois recortes para conexão com as colunas e dois aberturas para fixação da estrutura ao tampo.

O pé sextavado deve ser confeccionado em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, com tampa removível de modo a possibilitar a passagem de fiação internamente. Em sua face superior deverá ter sistema de fixação ao tampo com reforço em chapa de aço medindo 112 x 25 mm, com espessura mínima de 3/16". Na face inferior deverá receber um sistema que possibilite a fixação de sapata niveladora, produzida em nylon, com Ø 63 mm, aproximadamente, que possibilite eventuais desníveis do piso.

Abaixo do tampo deverá ser instalada uma eletrocalha produzida com chapas

metálicas dobradas, com espessura mínima de 0,63 mm, fixadas a estrutura por meio de parafusos. A calha deverá ter porta-tomadas fabricada em chapas metálicas dobradas, com espessura mínima de 0,63 mm e aberturas para instalação de 2 tomadas elétricas convencionais (redondas) e 2 para plugs tipo rj-45.

Painéis frontais

Os dois painéis frontais deverão ter funções estruturais, e medir no mínimo 320 mm de altura, deverá ser produzido em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC, na mesma cor do painel, com, no mínimo, 2,0 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e fixado a estrutura por meio de parafusos ocultos tipo minifix, **possibilitando a montagem e desmontagem do painel na estrutura sem danificá-los.**

Gaveteiro

Medidas mínimas: 300 X 460 X 374 mm (L X P X H)

O gaveteiro deve ser composto por caixa, conjunto de frentes das gavetas e gavetas em aço.

A caixa deve ser formada por laterais, base, fundo e travessas de fixação.

O conjunto de frentes das gavetas é composto, também, por uma frente fixa onde deverá ser instalada a fechadura.

A caixa e as frentes devem ser fabricadas com 18 mm de espessura em MDP, revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor da peça com no mínimo 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e a montagem da caixa deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix.

Gavetas

As duas gavetas devem ter altura interna útil de 88 mm cada.

Devem ser produzidas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,6mm, com acabamento epóxi eletrostático.

As laterais devem ser apoiadas corrediças metálicas que possibilitem abertura de aproximadamente ¾ do comprimento nominal e seu deslizamento deve ser através de roldanas de poliacetal auto lubrificadas, com duplo travamento quando aberta, com sistema de fechamento mecânico e perfil captive para compensar folgas laterais e estabilidade da gaveta.

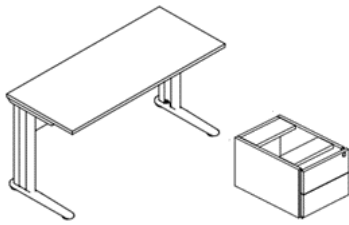
Cada gaveta deve ter um puxador metálico em formato de alça, com rosca interna e acabamento acetinado fosco fixadas por 2 parafusos, e, ainda, com stop em silicone para evitar o impacto da frente da gaveta com a caixa do gaveteiro.

Deve ter fechadura instalada na frente fixa, acima da 1ª gaveta, com 2 chaves (principal e reserva), com rotação de 180º da chave deve ser acionada uma haste em aço com, no mínimo, 1,5 mm de espessura, conduzida por guias e ganchos para travamento simultâneo das gavetas.

Pintura

Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão e pintadas através de aplicação eletrostática de tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca que, após cura polimerizada em estufa entre 200°C a 240°C apresente camada mínima de 70 microns de espessura.

OBS.: A variação máxima aceitável para as medidas é de 5%, para mais ou para menos.



ESTAÇÃO DE TRABALHO, TIPO RETANGULAR.

Dimensões: 1200 X 600 X 740 mm (L X P X H).

Tampo

O tampo deve ser retangular com 25 mm de espessura, e fabricado em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com, no mínimo, 2 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt.

O acesso do cabeamento ao tampo deve se dar através de um passa fio em PVC rígido, com diâmetro de 60 mm e tampa removível, e abertura para passagem dos cabos.

A fixação do tampo na estrutura deverá ser feita por meio de parafusos fixados em buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, e insertas na face inferior do tampo, **possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo.**

Estrutura

A estrutura deve ser formada por dois pés laterais, um painel frontal e calha.

Os pés laterais devem ser fabricados com chapas em aço SAE 1020 conformadas e formadas por 3 partes, base inferior, coluna e base superior para suporte do tampo.

A base inferior deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, e medindo 565 x 60 x 33 mm, com aberturas na face superior para conexão com a coluna, e, na face inferior, aberturas para instalação de sapatas niveladoras produzidas em nylon com Ø 63 mm, que compense eventuais desníveis do piso.

A coluna deve ser dupla, e medir no mínimo 232 x 40 x 630 mm, fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, dobrada em forma de meia cana, unida pelo processo de solda MIG. O fechamento interno e externo deverá se dar através de duas calhas que possibilite o saque frontal para verificação dos cabos, fabricadas em chapas de aço.

A base superior para apoio do tampo deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm, medindo 600 x 60 x 30 mm com recortes nas laterais internas para conexão com as colunas e fixação da estrutura ao tampo.

A calha para acomodar o cabeamento deve medir 70 x 90 mm, e ser confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com espessura mínima de 0,9 mm, dobrada (3 vezes) a 90°, e ter aberturas de aproximadamente Ø 6 mm na parede interna, possibilitando a fixação no painel frontal através de parafusos, e a parede externa da calha deve ter 03 recortes para colocação de tomadas elétricas (padrão ABNT) e 03 recortes quadrados para colocação de receptores para plug RJ45.

Painel frontal

O painel frontal deverá ter função estrutural e medir no mínimo 320 mm com 18 mm de espessura. Deve ser produzido em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do painel, com no mínimo 2,0 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm, de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e fixado a estrutura por meio de parafusos ocultos tipo minifix, **possibilitando a montagem e desmontagem do painel/estrutura sem danificá-los.**

Gaveteiro

Medidas mínimas: 300 X 460 X 374 mm (L X P X H)

O gaveteiro deve ser composto por caixa, conjunto de frentes das gavetas e gavetas em aço.

A caixa deve ser formada por laterais, base, fundo e travessas de fixação.

O conjunto de frentes das gavetas é composto, também, por uma frente fixa onde deverá ser instalada a fechadura.

A caixa e as frentes devem ser fabricadas com 18 mm de espessura em MDP, revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor da peça com no mínimo 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e a montagem da caixa deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix.

Gavetas

As duas gavetas devem ter altura interna útil de 88 mm cada.

Devem ser produzidas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,6mm, com acabamento epóxi eletrostático.

As laterais devem ser apoiadas corrediças metálicas que possibilitem abertura de aproximadamente ¾ do comprimento nominal e seu deslizamento deve ser através de roldanas de poliacetal auto lubrificadas, com duplo travamento quando aberta, com sistema de fechamento mecânico e perfil captive para compensar folgas laterais e estabilidade da gaveta.

Cada gaveta deve ter um puxador metálico em formato de alça, com rosca interna e acabamento acetinado fosco fixadas por 2 parafusos, e, ainda, com stop em silicone para evitar o impacto da frente da gaveta com a caixa do gaveteiro.

Deve ter fechadura instalada na frente fixa, acima da 1ª gaveta, com 2 chaves (principal e reserva), com rotação de 180° da chave deve ser acionada uma haste em aço com, no mínimo, 1,5 mm de espessura, conduzida por guias e ganchos para travamento simultâneo das gavetas.

Pintura

Todas as partes metálicas que compõem a estrutura deverão ser submetidas a um pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão e pintadas através de aplicação eletrostática de tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca que, após cura polimerizada em estufa entre 200°C a 240°C, apresente camada mínima de 70 microns de espessura.

OBS.: A variação máxima aceitável para as medidas é de 5%, para mais ou para menos.

Valor Total

I - Os bens a serem ofertados, deverão ser novos, originais, deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados em embalagens de boa qualidade, contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

II - Os bens devem possuir certificado pelo Inmetro e classificação de eficiência energética econômica.

3 – DO LOCAL, DATA E HORA

3.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **05/07/2022 a partir das 09 h**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

3.2 – As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas juntamente com a documentação de habilitação descrita neste Edital, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre a publicação do Edital em **22/06/2022** e a abertura da sessão pública, às **09h do dia 05/07/2022, pelo menor preço por ITEM.**

3.2.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade como descrito neste Edital;

3.2.2 – A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os licitantes.

3.2.3 – O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.2.4 – Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

3.3 - A fase competitiva de lances terá início após a classificação das propostas, no horário previsto no edital e previamente cadastrado no sistema, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.3.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de **R\$ 5,00 (cinco reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.3.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro

3.4 - Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário, ressalvado o disposto no item 7.15.

4 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO

ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

De acordo com a Lei Estadual 17.928/12, Decreto nº 7.466 de 18/10/2011 e Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas:

a) que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos;

b) Que estejam previamente credenciadas no **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da Secretaria de Estado de Administração**, salvo quando o seu cadastro tiver sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

4.2 - O licitante que se valer de outros cadastros para participar do pregão deverá providenciar sua inscrição no CADFOR, condição obrigatória para a sua contratação.

4.3 - A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante

4.4 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, § 3º, do Decreto 9.666/2020.

4.4.1 - A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital, assim como em seus Anexos;

4.5 - É vedada a participação de empresa:

a) Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores ou em dissolução, bem como as sociedades empresárias estrangeiras que não funcionem no país, consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, e nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com órgãos e/ou entidades do Estado de Goiás junto ao Cadastro Unificado do Estado – CADFOR;

b) Também não poderão participar do presente Pregão as sociedades empresárias prestadoras de serviços que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Governo do Estado de Goiás;

c) Não poderão participar deste certame empresa que esteja reunida em consórcio ou qualquer tipo de cooperativa, pois considera-se que a formação de consórcio prejudica o caráter competitivo do certame;

d) Os documentos de habilitação, proposta técnica/comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relativos deverão ser escritos em língua portuguesa;

d.1) Os impressos de caráter técnico, inclusive os certificados que comprovem sistemas de qualidade, se for o caso, poderão estar escritos em outro idioma, contanto que venham acompanhados de tradução oficial para língua portuguesa feita por tradutores juramentados.

e) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.6 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o DETRAN-GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

4.6.1 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços ofertados, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

4.7 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

4.8 - Conforme estabelecido na Lei Estadual nº, 17.928/2012, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

4.9 - Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Estadual nº. 17.928/2012, e Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão que ateste o enquadramento expedido pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

4.10 - O próprio sistema disponibilizará a licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. Ausência de manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

4.11 – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.11.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores ao menor preço registrado.

4.11.2 - O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

4.11.3 - A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I – ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no **prazo máximo de cinco minutos** em situação de empate;

III - no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV - na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.11.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **4.11.3**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5– DO CREDENCIAMENTO

5.1 – A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes previamente credenciados (inclusive os pré cadastrados que possuem login e senha privativa), perante o provedor do sistema eletrônico <http://www.comprasnet.go.gov.br> /, conforme instruções contidas no manual, link: <http://www.comprasnet.go.gov.br/manuais.asp>

5.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competência;

5.2.1 - O uso da senha de acesso ao Sistema pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu outorgado;

5.3 - O credenciamento permitirá a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no <http://www.comprasnet.go.gov.br>/ tenha sido inativado, vencido, ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal;

5.3.1 – Em caso do licitante com credenciamento apenas na condição de **pré-cadastro**, caso seja vencedor do certame, o sistema Comprasnet.go remeterá automaticamente os documentos habilitatórios ao **Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás CADFOR** para fins de homologação do seu credenciamento;

5.3.2 - Caberá exclusivamente ao Licitante vencedor, acompanhar e providenciar a regularização de eventuais pendências que impeçam a **HOMOLOGAÇÃO** do seu Cadastro junto ao provedor do Sistema Comprasnet, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação no certame;

5.4 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.5 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CADFOR e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados;

5.5.1 - As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos fones **(62) 3201-6625/3201-6629**, e para as operações no Sistema Comprasnet.goias pelo telefone (62) 3201 6515/6516;

5.6 – A não observância do disposto no subitem 5.5 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - Concluída a fase de cadastramento, após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão suas propostas, exclusivamente por meio do sistema, concomitantes com os documentos de Habilitação exigidos no Edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido no item 3, abertura da fase de lances. Só será aceita uma proposta para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema bloqueará automaticamente o envio de novas propostas.

6.2 - As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site: www.comprasnet.go.gov.br , conforme modelo Proposta Comercial PADRÃO ANEXO IV, em formato PDF, no tamanho máximo de 05 MB, na data e hora estabelecida neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições previstas no Edital.

6.3 - Os licitantes poderão, até a abertura da sessão pública, retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.4 - A Licitante deverá informar em sua Proposta, os valores unitários e valor total de cada item. Os valores cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em REAIS (R\$) com duas casas decimais, não serem nulos, e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os tributos, taxas, frete, reentrega, transporte, seguro, e quaisquer outros custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços.

6.5 - Caso o DETRAN/GO, ache conveniente, poderá exigir da empresa vencedora a Planilha de custos e formação de preços, visando análise da exequibilidade da proposta de preços a ser executados, a ser preenchida em relação à sua proposta final;

6.6 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.7 - O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo Sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

6.8 - As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6.8.1 - As licitantes deverão cotar seus preços com todos os tributos inclusos, observando-se, no que couber, os subitens abaixo, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus Anexos.

6.8.2 - As licitantes devem ter ciência de que a sociedade empresária declarada vencedora deverá apresentar, em até no mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da referida declaração, nova proposta, de acordo com o seu valor final oferecido no Pregão, na hipótese deste valor ser distinto do apresentado em sua proposta inicial, será considerado os valores propostos em sessão.

6.8.3 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, **serão considerados como inclusos nos preços**, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

6.9 A proposta deverá conter ainda, obrigatoriamente:

6.9.1 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.9.2 - Prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua emissão. Caso não apresente prazo de validade será este o considerado;

6.9.3 - Identificação da Empresa, data e assinatura do responsável.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos no item 3 deste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

7.3 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, aceitando aquelas que estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

7.4 - A desclassificação de proposta de preços será sempre fundamentada nas regras do Edital da licitação e legislação pertinente e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento real por todos os licitantes.

7.4.1 - Iniciada a etapa competitiva serão divulgadas as propostas de preços recebidas, vedada a identificação do licitante.

7.5 - Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não caberá desistência da Proposta de Preços apresentada, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

7.7 - Após o término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema iniciará a fase competitiva, durante a qual os licitantes que registraram propostas poderão ofertar lances através do sistema eletrônico, observando o horário estabelecido no Edital.

7.8 - No modo de **disputa aberto**, de que trata este Edital, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

a) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, mencionada, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a sessão pública será encerrada automaticamente

c) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item "a", o Sr. Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.9 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Sr. Pregoeiro e dos Licitantes, permitindo que durante o transcurso da sessão pública eletrônica, haja a divulgação, em tempo real, de todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado e apresentado pelas Licitantes, vedada a identificação do Fornecedor.

7.10 - Após a análise e a classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.11 - O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.

7.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais para o mesmo item, prevalecendo sempre o primeiro que for registrado no sistema eletrônico.

7.13 - Caso a Licitante não realize lances, permanecerá o valor inicial de sua proposta eletrônica, que será incluída na classificação final.

7.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no Certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.15.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.16 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta inscrita em primeiro lugar, em acordo com a disposição constante neste Item 7, para o órgão licitante, observando o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.16.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 - O julgamento das propostas será objetivo, tendo seu critério baseado no **MENOR PREÇO POR ITEM**, não se admitindo, sob pena de responsabilidade, reformulação dos critérios de julgamento previstos no ato convocatório.

8.2 - Considerar-se-á vencedora, aquela proposta que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após essa fase de lances e negociação, e ainda for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item **9.5.3** deste Edital.

8.2.1 - Na análise da Proposta de Preços, fica facultado ao Pregoeiro, se necessário, solicitar parecer técnico para subsidiar sua análise, podendo suspender temporariamente a sessão pública do pregão, informando através do chat de comunicação o horário da reabertura dos trabalhos.

8.3 - Havendo apenas uma proposta de preços, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu valor compatível com os praticados no mercado, poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter melhor preço.

8.4 - Encerrada a etapa de negociação de que trata o sub item **8.2**, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Edital e verificará a habilitação do licitante conforme os critérios descritos no item 9 deste Edital.

8.5 - Após decisão acerca da aceitação da proposta, o sistema informará a Licitante, e esta deverá encaminhar de imediato, nova proposta em conformidade com o Item 6, bem como, se necessário, documentação complementar. Este encaminhamento se dará via sistema COMPRASNET no prazo de acordo com o § 2.º, do art. 38, do Decreto Estadual n.º 9.666 de 21 de maio de 2020, após comunicação do Pregoeiro, com estipulação do prazo.

8.5.1 - A Licitante que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Estadual nº 17.928/2012 e na Lei Complementar nº 123/2006, deverá encaminhar juntamente com a documentação solicitada, prova de enquadramento na referida condição.

8.5.2 - Para fins de habilitação a verificação, pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.6 - Constatado, que a licitante que apresentou proposta de menor preço final atende às exigências editalícias, será ela declarada Vencedora.

8.7 - Na hipótese de a proposta da licitante detentora da melhor oferta não for aceitável ou desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item **9.11**, o Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, nos termos do artigo 20-A da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012 e do artigo 44, § 4º, do Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020.

8.8 - Caso ocorra à inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, ela poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

8.9 - Da sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.

8.10 - O resultado final será disponibilizado no site: www.comprasnet.go.gov.br.

8.11 - Havendo empate, no caso de mais de uma empresa apresentar a mesma proposta inicial, não ofertarem lances quando convocadas e se negarem a negociar um menor preço, serão utilizados para fins de desempate, os seguintes critérios:

a) **Primeiro**: o disposto no parágrafo 2.º, do art 3.º, da Lei 8.666/93

b) **Segundo** : Sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

8.11.1 – Na ausência de atendimento à convocação, será realizado o sorteio em sessão pública, com a presença de duas testemunhas, cujo resultado será divulgado às Licitantes, via chat.

9 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos necessários à habilitação, exceto aqueles disponíveis no CADFOR (CRC), juntamente com a proposta comercial a que alude o item 6, deverão encaminhados exclusivamente pelo Sistema Comprasnet, no formato PDF, no período estabelecido no item **3** deste Edital, sendo que será exigido:

I. Habilitação Jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Para comprovar se está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a empresa deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

II. Regularidade Fiscal

a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) - Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:

c.1) - ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c.2) - à Fazenda Pública Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União)

c.3) - à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa) e do Estado de Goiás quando o

Licitante tiver sede em outro Estado da Federação

c.4) - à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários)

II.1 - Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

III. Regularidade Trabalhista

a) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, com a finalidade de aferir a adimplência ou inadimplência das empresas perante a Justiça do Trabalho, por força da Lei nº 12.440/11.

IV. Qualificação Econômico-Financeira

a) - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

a.1) Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b) - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – LG (não inferior a 1,0), Solvência Geral – SG (maior ou igual a 1,0) e Liquidez Corrente – LC (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

SG = ATIVO TOTAL PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

LC = ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

c) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Nota: O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRC - CADFOR, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

V – à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Estaduais, Distrital e Municipais, quando necessário, bem como, obrigatoriamente, perante a Fazenda Pública do Estado de Goiás, nos termos da exigência prevista no art. 88 da Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

VI – ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do caput do art. 78da Lei nº 8.666, de 1993. § 1º Parágrafo primeiro : A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput deste artigo poderá ser substituída pelo cadastral no CADFOR.

9.2 – O Licitante deverá encaminhar, juntamente com os documentos descritos no item 9.1, a seguinte documentação complementar:

a) - Atestado (s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente, contatos pertinentes ao objeto;

b) Juntamente com a proposta comercial deverão ser apresentados laudos, relatórios de ensaio ou certificações todos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, para aferição de segurança, qualidade, ergonomia, durabilidade, resistência, conforto e sustentabilidade dos produtos, sob pena de desclassificação:

c) Certificação em conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:1997 – Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas e dimensionais;

d) Laudo comprovando o atendimento aos requisitos constantes na norma regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Previdência.

e) Certidões negativas de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede a pessoa jurídica;

e.1) Para as licitantes sediadas na cidade do Goiânia, a prova será feita mediante apresentação de certidões Cartório Distribuidor;

e.2) As certidões discriminadas na alínea “b” e nos seus subitens deverão ser expedidas em até **120 (cento e vinte) dias** contados retroativamente da data marcada para a abertura da sessão do presente Pregão. Serão válidas, também, as certidões que apresentarem, em seu corpo, prazo de validade maior.

9.3 - Caso conste no cadastro do CRC-CADFOR algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento do licitante classificado em primeiro lugar nos sites oficiais das entidades responsáveis pelo referido tributo e emissoras de certidões.

9.4 - A comprovação do cadastro e habilitação parcial no CRC-CADFOR dar-se-á mediante verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta “on line” ao sistema, por ocasião da fase de HABILITAÇÃO da licitante classificada preliminarmente como vencedora, na etapa competitiva.

9.5 - Conforme o prescrito no art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 (com redação dada pela LC nº 147/2014), as licitantes que sejam microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando o descrito abaixo:

9.5.1 - No caso de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, prazo esse prorrogável por igual período, se assim requerido da licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados;

9.5.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.5.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades dispostas no item 16 deste Edital, devendo a Pregoeira restabelecer a etapa competitiva de lances, convocar os licitantes remanescentes para uma nova sessão para esse fim;

9.5.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte somente estão desobrigadas de comprovar, no momento da habilitação, a sua regularidade fiscal ficando obrigadas a comprovar o cumprimento das demais exigências habilitatórias, sendo declarada inabilitada se assim não o proceder, além de sujeitar-se às penalidades dispostas no item **15** deste Edital;

9.5.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.6 - As sociedades empresárias deverão apresentar toda a documentação correspondente a um único CNPJ, sendo este o mesmo da proposta, entretanto, quanto às declarações contidas nas alíneas “d” e “e” do subitem **9.1**, será válida a apresentação de certidões emitidas em nome da matriz. Esclarecemos que, em outras hipóteses, quando a empresa estiver autorizada a centralizar o recolhimento de outros tributos em CNPJ distinto daquele da proposta, deverá apresentar os documentos comprobatórios desta centralização de tributos, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação apresentada.

9.7 - Os documentos deverão ser assinados por signatário legitimado para a prática do ato, de acordo com os poderes expressamente contidos no Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social da licitante, ou conforme procuração previamente fornecida.

9.8 - Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculto o §3º, do art. 43, da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

9.9 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e de seus Anexos, ressalvado o disposto no subitem 9.5.1 deste Edital, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

9.10 Caso algum órgão emitente de documentação de regularidade relativa à habilitação esteja em greve, desde que comprovada pela licitante, será permitida a participação no certame sem a referida documentação, condicionando, no entanto, a contratação em definitivo, à apresentação de documento probante da regularidade quando do retorno às atividades normais, do órgão expedidor

10 – DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSO

10.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, referentes ao processo Licitatório, cujos pedidos serão enviados ao Pregoeiro do DETRAN-GO, por meio do Sistema Comprasnet.

10.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e outros anexos.

10. 2 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública:

a) - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Sr. Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de

Referência e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação;

- b) - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação;
- c) - Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com devolução dos prazos normatizados.
- 10.3** - Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá no prazo de **10 (dez) minutos**, em CAMPO PRÓPRIO do Sistema, manifestar a intenção de recorrer:

- a) - As razões do recurso de que trata o caput deste artigo deverão ser apresentadas no prazo de **3 (três) dias** e em local próprio no sistema eletrônico.
- b) - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejar, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 (três) dias**, contados da data final prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- c) - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput do artigo, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- d) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento Licitatório, nos termos deste Edital.

11.2 - Na ausência de recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto e encaminhará o Processo devidamente instruído à Autoridade Superior, propondo sua homologação, nos termos deste Edital.

12 – DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR

12.1 - A Administração efetuará consulta prévia do CNPJ do Licitante vencedor, para fins de contratação do objeto licitado ao **CADIN ESTADUAL (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais)**, conforme determinação da Lei nº 19.754 de 17/07/17, regulamentada pelo Decreto nº 9.142 de 22/01/18, em seu art. 5º. § 1º “A existência de registro no CADIN ESTADUAL constituirá impedimento à realização dos atos a que se referem os incisos I a VI”.

12.2 - Homologado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante vencedor será convocado para assinar a ordem de pagamento, no prazo de até **05 (cinco) dias**, conforme teor da proposta aceita.

12.3 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para dar o aceite na Nota de Empenho ou firmar outro documento equivalente.

12.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou documento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS.

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
|--|-----------|---|
| DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIAS | | |
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO |
| Unidade Orçamentária | 2961 | DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO |
| Função | 06 | SEGURANÇA PÚBLICA |
| Subfunção | 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL |
| Programa | 1036 | TRÂNSITO SEGURO |
| Ação | 2126 | CONSTRUÇÃO. REFORMA, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA |
| Grupo de Despesa | 04 | INVESTIMENTOS |
| Fonte de Recurso | 176530161 | RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - TAXAS POR SERVIÇOS |
| Modalidade de Aplicação | 90 | APLICAÇÕES DIRETAS |

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – Nos termos do artigo 5º, do Decreto Estadual n.º **9.561**, de 21 de novembro de 2019, o pagamento será efetuado por meio de depósito na conta corrente da licitante vencedora, mediante emissão de ordem bancária em até **30 (trinta) dias**, contados da data da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada dos demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das suas obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias.

14.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3 - A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA até o 5º dia útil do mês.

14.3.1 - A licitante vencedora deverá apresentar a nota fiscal/fatura, acompanhada dos seguintes documentos, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual, sem o que não serão liberados os pagamentos:

- a) - Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) - Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros (CND);
- c) - Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigido pela Lei nº 12.440/2011.
- d) - Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);
- e) - Certidão negativa de débitos junto às Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio sede da CONTRATADA.

14.4 - Nenhum pagamento será efetuado à Licitante Vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza. No caso de atraso no pagamento, desde que o licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo DETRAN, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = Valor a Ser Pago;

I = Índice de Atualização Financeira = 0,00016438 apurado conforme abaixo:

| | | |
|----------------------|---------------------|------------------|
| $I = [(TX/100)]/365$ | $I = [(6/100)]/365$ | $I = 0,00016438$ |
|----------------------|---------------------|------------------|

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.5 - O transporte dos materiais e equipamentos necessários ao fornecimento será de responsabilidade, única e exclusiva, da CONTRATADA.

14.6 - Será de inteira responsabilidade civil da CONTRATADA o ressarcimento eventual de danos materiais causados por seus empregados a terceiros.

15 - DAS PENALIDADES E GLOSAS

15.1 - Se a empresa CONTRATADA descumprir as condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas leis 17.928/12, 10.520/2002, 8.666/93, Decreto Estadual 9.666/2020 e demais normas que regem a matéria. A inexecução parcial ou total do Contrato pela Licitante CONTRATADA ensejará, na forma do art. 77 da Lei 8.666/93, a sua rescisão, bem como a aplicação pela CONTRATANTE de uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, abaixo relacionadas, sem prejuízo das demais cominações legais:

15.2 - Advertência;

15.3 - Multa

15.4 - Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo CONTRATADO poderá ensejar à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, a Administração poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

a) - A aplicação da(s) penalidade(s) caberá à autoridade competente do DETRAN, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

b) - Em conformidade com os incisos II e III do artigo 80 da lei 17.928/12 86, o atraso injustificado no início da prestação de serviços/na entrega dos materiais/equipamentos/uniformes/EPI's objeto deste desta licitação, sujeitará a licitante/CONTRATADA à multa sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para o início das atividades/a entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias, sendo aplicada da seguinte forma:

15.6 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

15.7 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

15.8 - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de SERVIÇOS não cumpridos, por dia subsequente ao trigésimo.

15.9 - A Administração, além da multa prevista neste tópico, poderá rescindir unilateralmente o contrato e aplicar outras sanções previstas em Lei e neste instrumento. Será aplicável multa sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, na forma abaixo, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa;

15.10 - Na aplicação das penalidades, procede-se conforme a seguir:

a) - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

b) - As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

c) - As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

15.11 - A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

16.2 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

16.3 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação do Art. 51, do Decreto Estadual n.º 9.666, de 21 de maio de 2020:

16.3.1 - A presente licitação somente poderá ser revogada por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação:

16.4.1 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente desimportantes e corrigir erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a

esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da Decisão/TCU n.º 757/97, bem como nos termos do informativo AUDIN/MPU n.º 109, de maio de 1998;

16.4.2 - O desatendimento de exigências formais não-essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.5 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro, sistema, ou ainda que ocorra sua desconexão.

16.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste edital:

16.6.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

16.6.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

16.7 - A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

16.8 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico, na forma aqui prevista, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.8.1 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

16.8.2 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação;

16.8.3 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com a devolução dos prazos normatizados;

16.8.4 - As impugnações extemporâneas, e as que forem entregues em locais estranhos ao COMPRASNET que não forem devidamente enviadas via eletrônicas em campo próprio do Sistema, não serão reconhecidas.

16.9 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, em campo próprio, e no sítio do Detran-GO., por meio do link Licitação>Pregão Eletrônico >2020, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores.

16.10 - Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br e nota de empenho, **prevalecerá sempre, a descrição deste Edital.**

16.11 - Independente das impugnações e dos recursos previstos, qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno, inclusive ao Órgão de controle e acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, e, ainda, ao Ministério Público Estadual, contra irregularidades na aplicação deste Edital.

16.12 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para pagamento, passará a ser contado da data da sua reapresentação.

16.13 - Para efeitos de emissão de Nota Fiscal o CNPJ do DETRAN/GO é nº **02.872.448/0001-20**.

16.14 - A contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos serão contados da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente normal do DETRAN/GO.

16.15 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

17 - DO CADASTRO NO SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

17.1. Para fins de assinatura dos contratos decorrentes deste Pregão, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN.

17.2. O usuário a ser cadastrado será aquele que assinará o Contrato, e, portanto, deverá possuir poderes de representação para tal fim.

17.3. Para se cadastrar, o “usuário externo” deverá acessar o sítio http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar-externo.php e seguir todas as orientações ali dispostas.

17.4. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações é realizada pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD. Maiores informações quanto ao cadastro poderão ser obtidas nos telefones (62) 3201-5723/5727 ou e-mail sei@goias.gov.br.

18 – DOS ANEXOS:

Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC

ANEXO III – Modelo de Declaração

ANEXO IV– Modelo Proposta Comercial PADRÃO

Observação sobre Contrato: Art.62, Lei 8.666/93 - § 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica".

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliário geral - estação de trabalho em "L" e estação de trabalho tipo retangular (mesas), com entrega única, em até **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, conforme especificações e quantitativos descritos neste instrumento, para atender as necessidades do Detran/GO - Sede, Ciretrans e postos de atendimento do Detran/GO instalados nos Vapt-Vupt's da Capital e Interior.

2 - JUSTIFICATIVA

A aquisição das estações de trabalho (mesas), destina-se a atender as solicitações e substituições dos mobiliários que estão danificados, sem condições de reparos, e visando melhorar as condições de trabalho, bem estar e conforto dos servidores do DETRAN/GO-Sede, Ciretrans e postos de atendimento do Detran/GO instalados nos Vapt-Vupt's Capital e Interior.

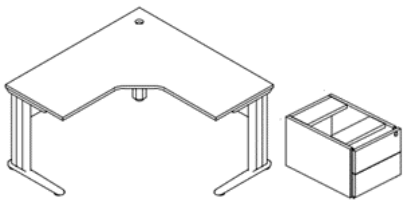
Justificamos, que existe grande necessidade em relação as estações de trabalho (mesas), considerando que esta autarquia não possui estoque do bem, tampouco peças para reparos em seu acervo patrimonial além de não possuir contrato com empresa prestadora de serviço para realizar reparos e manutenções para os que estão sendo utilizados e que constantemente apresentam defeito.

Justificamos ainda que, a última aquisição de estação de trabalho orgânica, tipo em "L" foi realizada em 2010 e estação de trabalho tipo retangular foi realizada em 2018, conforme Relatórios de Última aquisição (000027399521 / 000027399605), emitidos do Sistema de Gestão Patrimonial.

Ressaltamos que a aquisição das estações de trabalho (mesas) é baseada conforme a Norma Regulamentadora **NR 17 - visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho e Instrução Normativa nº 004 /2018 - GAB, do Gabinete do Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, datado de 25 de junho 2018.**

Ressaltamos que o quantitativo levantado para composição desta aquisição foi feito através de um estudo entre os pedidos anexados, visando atender integralmente as necessidades de substituição dos mobiliários das Gerências, Comissões, Coordenadorias, Ciretrans, postos de atendimento do Detran/GO instalados nas unidades Vapt-Vupt's da Capital e Interior.

3 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO

| ITEM | UND | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|------|-----|--|------------|
| 01 | UND |  <p>ESTAÇÃO DE TRABALHO ORGÂNICA, TIPO EM "L".</p> <p>Dimensões: 1600 x 600 x 1400 x 600 x 740 mm (LxPxLxPxH).</p> <p>Tampo único</p> <p>Em formato de "L" com 25 mm de espessura, com corte interno do tampo em formato ergonômico com raio aproximado de 300 mm, confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm, em acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt.</p> <p>O acesso dos fios ao tampo deve ser feito por meio de 1 passa fio em PVC rígido na diagonal do vértice externo do tampo, com diâmetro aproximado de 60 mm, com tampa removível, e abertura para passagem dos fios.</p> <p>Estrutura</p> <p>Deve ser composta por dois pés laterais, um pé sextavado no vértice, painel frontal e calha.</p> <p>Os pés laterais devem ser constituídos por chapas em aço SAE 1020 conformadas, em três peças, base inferior, coluna e base superior para suporte do tampo.</p> <p>A fixação do tampo na estrutura deverá ser feita por meio de parafusos fixados através de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, e cravadas na face inferior do tampo, possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo.</p> <p>Base inferior fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, estampada e repuxada, medindo aproximadamente 565 x 60 x 33 mm, com 2 furos superiores para conexão com as colunas, e, ainda, possuir chapa de reforço em formato de "U", medidas mínimas de 510 x 56 x 12 mm, com espessura mínima de 1,5 mm que deverá receber as sapatas niveladoras em nylon com Ø de 63 mm, com parafuso central com rosca, fixadas na parte inferior da base, que permita corrigir eventuais desníveis de piso.</p> <p>A coluna dupla deve medir 232 x 40 x 630 mm, e ser produzida em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, unidas pelo processo de solda MIG, proporcionando a fixação entre as bases e a coluna.</p> <p>Paralela à coluna devem ser acopladas duas calhas de saque frontal com 2 estampagem de 94 x 35 mm nas extremidades, que possibilite a passagem e organização de cabos e fios.</p> <p>Base superior para apoio do tampo deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 3,0 mm, estampada e repuxada, medindo 600 x 60 x 30 mm em formato de "U", com dois recortes para conexão com as colunas e dois aberturas para fixação da estrutura ao tampo.</p> <p>O pé sextavado deve ser confeccionado em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, com tampa removível de modo a possibilitar a passagem de fiação internamente. Em sua face superior deverá ter sistema de fixação ao tampo com reforço em chapa de aço medindo 112 x 25 mm, com espessura mínima de 3/16". Na face inferior deverá receber um sistema que</p> | 60 |

possibilite a fixação de sapata niveladora, produzida em nylon, com \varnothing 63 mm, aproximadamente, que possibilite eventuais desníveis do piso.

Abaixo do tampo deverá ser instalada uma eletrocalha produzida com chapas

metálicas dobradas, com espessura mínima de 0,63 mm, fixadas a estrutura por meio de parafusos. A calha deverá ter portatomadas fabricada em chapas metálicas dobradas, com espessura mínima de 0,63 mm e aberturas para instalação de 2 tomadas elétricas convencionais (redondas) e 2 para plugs tipo rj-45.

Painéis frontais

Os dois painéis frontais deverão ter funções estruturais, e medir no mínimo 320 mm de altura, deverá ser produzido em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC, na mesma cor do painel, com, no mínimo, 2,0 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e fixado a estrutura por meio de parafusos ocultos tipo minifix, **possibilitando a montagem e desmontagem do painel na estrutura sem danificá-los.**

Gaveteiro

Medidas mínimas: 300 X 460 X 374 mm (L X P X H)

O gaveteiro deve ser composto por caixa, conjunto de frentes das gavetas e gavetas em aço.

A caixa deve ser formada por laterais, base, fundo e travessas de fixação.

O conjunto de frentes das gavetas é composto, também, por uma frente fixa onde deverá ser instalada a fechadura.

A caixa e as frentes devem ser fabricadas com 18 mm de espessura em MDP, revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor da peça com no mínimo 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e a montagem da caixa deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix.

Gavetas

As duas gavetas devem ter altura interna útil de 88 mm cada.

Devem ser produzidas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,6mm, com acabamento epóxi eletrostático.

As laterais devem ser apoiadas corrediças metálicas que possibilitem abertura de aproximadamente $\frac{3}{4}$ do comprimento nominal e seu deslizamento deve ser através de roldanas de poliacetal auto lubrificadas, com duplo travamento quando aberta, com sistema de fechamento mecânico e perfil captive para compensar folgas laterais e estabilidade da gaveta.

Cada gaveta deve ter um puxador metálico em formato de alça, com rosca interna e acabamento acetinado fosco fixadas por 2 parafusos, e, ainda, com stop em silicone para evitar o impacto da frente da gaveta com a caixa do gaveteiro.

Deve ter fechadura instalada na frente fixa, acima da 1ª gaveta, com 2 chaves (principal e reserva), com rotação de 180º da chave deve ser acionada uma haste em aço com, no mínimo, 1,5 mm de espessura, conduzida por guias e ganchos para travamento simultâneo das gavetas.

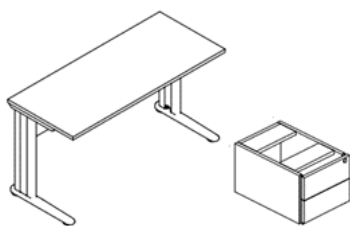
Pintura

Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão e pintadas através de aplicação eletrostática de tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca que, após cura polimerizada em estufa entre 200°C a 240°C apresente camada mínima de 70 microns de espessura.

OBS.: A variação máxima aceitável para as medidas é de 5%, para mais ou para menos.

02

UND



ESTAÇÃO DE TRABALHO, TIPO RETANGULAR.

Dimensões: 1200 X 600 X 740 mm (L X P X H).

Tampo

O tampo deve ser retangular com 25 mm de espessura, e fabricado em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com, no mínimo, 2 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt.

O acesso do cabeamento ao tampo deve se dar através de um passa fio em PVC rígido, com diâmetro de 60 mm e tampa removível, e abertura para passagem dos cabos.

A fixação do tampo na estrutura deverá ser feita por meio de parafusos fixados em buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, e insertas na face inferior do tampo, **possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo.**

Estrutura

A estrutura deve ser formada por dois pés laterais, um painel frontal e calha.

Os pés laterais devem ser fabricados com chapas em aço SAE 1020 conformadas e formadas por 3 partes, base inferior, coluna e base superior para suporte do tampo.

75

A base inferior deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, e medindo 565 x 60 x 33 mm, com aberturas na face superior para conexão com a coluna, e, na face inferior, aberturas para instalação de sapatas niveladoras produzidas em nylon com Ø 63 mm, que compense eventuais desníveis do piso.

A coluna deve ser dupla, e medir no mínimo 232 x 40 x 630 mm, fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, dobrada em forma de meia cana, unida pelo processo de solda MIG. O fechamento interno e externo deverá se dar através de duas calhas que possibilite o saque frontal para verificação dos cabos, fabricadas em chapas de aço.

A base superior para apoio do tampo deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm, medindo 600 x 60 x 30 mm com recortes nas laterais internas para conexão com as colunas e fixação da estrutura ao tampo.

A calha para acomodar o cabeamento deve medir 70 x 90 mm, e ser confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com espessura mínima de 0,9 mm, dobrada (3 vezes) a 90º, e ter aberturas de aproximadamente Ø 6 mm na parede interna, possibilitando a fixação no painel frontal através de parafusos, e a parede externa da calha deve ter 03 recortes para colocação de tomadas elétricas (padrão ABNT) e 03 recortes quadrados para colocação de receptores para plug RJ45.

Painel frontal

O painel frontal deverá ter função estrutural e medir no mínimo 320 mm com 18 mm de espessura. Deve ser produzido em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do painel, com no mínimo 2,0 mm de espessura e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm, de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e fixado a estrutura por meio de parafusos ocultos tipo minifix, **possibilitando a montagem e desmontagem do painel/estrutura sem danificá-los.**

Gaveteiro

Medidas mínimas: 300 X 460 X 374 mm (L X P X H)

O gaveteiro deve ser composto por caixa, conjunto de frentes das gavetas e gavetas em aço.

A caixa deve ser formada por laterais, base, fundo e travessas de fixação.

O conjunto de frentes das gavetas é composto, também, por uma frente fixa onde deverá ser instalada a fechadura.

A caixa e as frentes devem ser fabricadas com 18 mm de espessura em MDP, revestido em laminado melamínico de baixa pressão, com encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor da peça com no mínimo 2,0 mm de espessura mínima e com as quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,0 mm de acordo com a Norma de Ergonomia NR-17, colada por meio de adesivo hot melt e a montagem da caixa deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix.

Gavetas

As duas gavetas devem ter altura interna útil de 88 mm cada.

Devem ser produzidas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,6mm, com acabamento epóxi eletrostático.

As laterais devem ser apoiadas corrediças metálicas que possibilitem abertura de aproximadamente ¾ do comprimento nominal e seu deslizamento deve ser através de roldanas de poliacetal auto lubrificadas, com duplo travamento quando aberta, com sistema de fechamento mecânico e perfil captive para compensar folgas laterais e estabilidade da gaveta.

Cada gaveta deve ter um puxador metálico em formato de alça, com rosca interna e acabamento acetinado fosco fixadas por 2 parafusos, e, ainda, com stop em silicone para evitar o impacto da frente da gaveta com a caixa do gaveteiro.

Deve ter fechadura instalada na frente fixa, acima da 1ª gaveta, com 2 chaves (principal e reserva), com rotação de 180º da chave deve ser acionada uma haste em aço com, no mínimo, 1,5 mm de espessura, conduzida por guias e ganchos para travamento simultâneo das gavetas.

Pintura

Todas as partes metálicas que compõem a estrutura deverão ser submetidas a um pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão e pintadas através de aplicação eletrostática de tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca que, após cura polimerizada em estufa entre 200°C a 240°C, apresente camada mínima de 70 microns de espessura.

OBS.: A variação máxima aceitável para as medidas é de 5%, para mais ou para menos.

Valor Total

I - Os bens a serem ofertados, deverão ser novos, originais, deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados em embalagens de boa qualidade, contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

II - Os bens devem possuir certificado pelo Inmetro e classificação de eficiência energética econômica.

4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

II - A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente Termo de Referência e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

III - A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

IV - A CONTRATADA deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

V - Como condição para a celebração do ajuste, e durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação.

VI - Efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Termo de Referência.

VII - Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo contratante.

VIII - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo DETRAN/GO, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

IX - Substituir, no total ou em parte, qualquer objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação do DETRAN/GO, sem qualquer custo para este Departamento.

X - Comunicar por escrito ao fiscal do DETRAN/GO, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

XI - A vencedora, se obriga a manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao objeto que deverá ser entregue, vedada sua divulgação sem permissão do DETRAN/GO.

XII - Juntamente com a proposta comercial deverão ser apresentados laudos, relatórios de ensaio ou certificações abaixo, todos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, para aferição de qualidade, ergonomia, durabilidade e sustentabilidade dos produtos, sob pena de desclassificação:

- Certificação em conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2018 – Móveis para escritório – Cadeiras – Requisitos e métodos de ensaio;
- Relatório de Ensaio completo conforme a ABNT NBR 13962:2018 emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro para todos os requisitos da ABNT NBR 13962:2018 com imagens que possam identificar o bem ofertado;
- Laudo comprovando o atendimento aos requisitos constantes na norma regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego. A comprovação deverá ser efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia com a descrição detalhada do bem e assinada por profissional com competência comprovada através de certificação da ABERGO – Associação Brasileira de Ergonomia;
- Laudo técnico de acordo com a norma DIN EN 16955 com classificação classe4;
- Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do fabricante comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Isenção de CFC nas espumas, emitido pelo fabricante;
- Apresentar Certificado de Regularidade do IBAMA em nome do fabricante;
- ABNT NBR 8515:2020 - Alongamento e Ruptura da Espuma, com relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro para Alongamento e Ruptura da Espuma com percentual de alongamento de, no mínimo, 80%;
- ABNT NBR 9177:2015 – Com relatório de Ensaio para Determinação da Fadiga Dinâmica com perda de espessura máxima de 3,5%;
- ABNT NBR 8797 – Compressão da Espuma em até 90%;
- ABNT NBR 14.961:2007 – Determinação do Teor de Cinzas;
- ABNT NBR 8619:2003 – Determinação da Resiliência;
- ABNT NBR 9178:2015 – Determinação das Características de Queima;
- ABNT NBR 8537:2015 – Determinação da Densidade da Espuma com resultado entre 50 e 60 Kg/m³;
- ABNT NBR 10591:2008 – Gramatura do Revestimento Vinílico com gramatura mínima de 600 g/m², com variação máxima de 2%;
- ABNT NBR 8094/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por 500 h de exposição à névoa salina;
- ABNT NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por 900 h de exposição à atmosfera úmida saturada;
- ABNT NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por 720 h de exposição ao dióxido de enxofre;
- Catálogo de todos os produtos cotados, com detalhamento de modelo, códigos, dimensões, tudo que identifique o produto;

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto.

II - Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

III - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

V - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do ajuste, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

VI - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora.

VII - Sustar qualquer fornecimento que esteja em desacordo com o especificado.

VIII - Notificar por escrito à licitante acerca das imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto recebido, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

6 - LOCAL, FORMA E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

I - A entrega deverá ser agendada pelo telefone (62) 3272-8345.

II - Os bens serão entregues na Coordenadoria de Patrimônio do Detran/GO, localizado à Av. Atílio Correia Lima, nº 1.875, Cidade Jardim – Goiânia - GO, bloco 12, em horário comercial (das 08 às 12 horas e das 13 às 16 horas).

III - Entrega total e imediata, em até 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho.

IV - As estações de trabalho deverão estar acompanhadas do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (Detran/GO), descrição dos materiais entregues, quantidades, marca, preços unitários e totais.

7 - GARANTIA

Garantia emitida pelo fabricante, direcionada a este órgão de 05 (cinco) anos, e ainda, com identificação da empresa que fará assistência técnica dos produtos em Goiás, a partir da data de entrega das estações de trabalho (mesas), conforme Capítulo I - Das Disposições Gerais, § 2º, da Instrução Normativa nº 004 /2018 - GAB, do Gabinete do Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, datado de 25 de junho 2018.

8 - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

I - Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega.

II – Após o recebimento provisório, os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, posteriormente à verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento.

III - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

IV - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

V - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento do objeto.

9 - FORMA DE PAGAMENTO

I – O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

II - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

III - A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR para verificar a manutenção das condições de habilitação.

IV - Constatada junto ao CADFOR a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência por escrito, para, no prazo de cinco dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.

V - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência do fornecedor e o pagamento a ser realizado.

VI - Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VII - Havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao CADFOR.

VIII - A constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, podendo a unidade contratante reter parte do montante devido à contratada, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

10 - SANÇÕES

I - Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da CONTRATANTE, as seguintes penalidades à CONTRATADA:

a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, nas seguintes proporções:

b.1. 10% sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b.2. 0,3% ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

b.3. 0,7% sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos termos do art. 81 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a CONTRATANTE, nos termos do art. 82 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b).

II - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Elaborado por: Camila Cruvinel Borges Prados. Aprovado por: José Maurício da Cunha e João Vilarino Ferreira Neto

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS

PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

1. Habilitação Jurídica

a) - Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) - Para comprovar se está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. A empresa deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

2. Regularidade Fiscal

a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) - Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:

c.1) - ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c.2) - à Fazenda Pública Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União)

c.3) - à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa) e do Estado de Goiás quando o Licitante tiver sede em outro Estado da Federação

c.4) - à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários)

2.1 - Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice e versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

3. Regularidade Trabalhista

a) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, com a finalidade de aferir a adimplência ou inadimplência das empresas perante a Justiça do Trabalho, por força da Lei nº 12.440/11.

4. Qualificação Econômico-Financeira

a) - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b) - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – LG (não inferior a 1,0), Solvência Geral – SG (maior ou igual a 1,0) e Liquidez Corrente – LC (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

SG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

LC = ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

c) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Nota: O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRC - CADFOR, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente "status irregular", será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO A SER ENVIADO NA FASE DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

DECLARO, sob as penalidades cabíveis, **a inexistência de fato impeditivo de habilitação**, nos termos do presente Edital, e que temos ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARO, não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99)**;

DECLARO, para fins de contratação junto ao Departamento de Trânsito de Goiás – GO., que os sócios de nossa empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Governo do Estado de Goiás, da administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

(Local/Data/Assinatura/Nome Legível/REPRESENTANTE LEGAL CPF)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: ENDEREÇO: TELEFONE:

CNPJ Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ANEXO IV

PROPOSTA COMERCIAL PADRÃO

(em papel timbrado da licitante)

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei n.º 8.666/93, do Decreto nº 5450/05, da Lei n.º 10.520/02, do Decreto n.º 3.555/00, Decreto Estadual 9.666/20, bem como aos de suas atualizações, propondo ao DETRAN-GO a execução do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e asseverando que:

1 - No preço final de nossos serviços e fornecimento estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas, bem como todos os itens e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do objeto licitado.

2 - O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

3 - Que em caso de divergências entre os valores apresentados nas propostas escritas, será adotado o critério de preferência descrito a seguir, em ordem decrescente de prioridade:

3.1 - Os valores expressos em algarismos (absolutos) sobre os índices percentuais;

3.2 - O valor unitário sobre o valor total;

3.3 - O valor escrito por extenso sobre o expresso em algarismo.

4 - Se vencedores, na hipótese do valor final oferecido no Pregão ser distinto do apresentado em nossa proposta escrita inicial, encaminharemos em até **24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento da etapa de lances**, nova proposta, de acordo com o valor final oferecido no Pregão, considerando o novo valor proposto em sessão, e de acordo com os termos do presente Edital, respeitando o que segue:

4.1 - Os valores integrantes das propostas não poderão ser majorados, salvo se decorrerem de correção expressamente autorizada pelo Pregoeiro.

4.2 - Na proposta será especificado valores unitários e total, do objeto a ser contratado, incluso na soma todo elemento que influam nos custos operacionais, inclusive tributos e encargos sociais, exceções feitas quanto a impostos e taxas de obrigações específicas.

4.2.1 Temos ciência que a ausência de algum elemento constitutivo do custo na Proposta não poderá ser alegada no futuro.

5 - Temos ciência de que, caso a licitante vencedora não cumpra a obrigação descrita neste item, restará caduco o seu direito de vencedora do certame, sendo aplicadas as disposições do inciso XXIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, bem como as dos artigos 27 e 28 do Decreto n.º 5.450/2005, sem prejuízo das demais cominações legais e editalícias.

6 - O prazo prescrito no item **4**, poderá ser prorrogado mediante solicitação devidamente justificada pela licitante e aprovação do Pregoeiro.

7 - Temos ciência de que os valores apresentados para assinatura, não impedem a retenção dos respectivos tributos na forma da legislação vigente, nem autorizam que a licitante proceda em desacordo com a legislação normatizada da matéria, nem tampouco impedem que a Administração fiscalize, para que a execução do contrato ocorra conforme a legislação vigente.

8 - Temos ciência de que, nos termos do Acórdão n.º 950/2007 - Plenário - do Tribunal de Contas da União, e da orientação contida no Ofício Circular da Audin/MPU n.º 03/2008, considerando a complexidade na definição da base de cálculo dos tributos IRPJ e CLSS, variável de acordo com o regime de tributação da pessoa jurídica; considerando a impossibilidade de estipulação de critério objetivo e isonômico para comparação de preços de licitantes sujeitas a regimes de tributação diferentes; e considerando a imprevisibilidade do lucro do exercício de licitantes, fica vedado que as propostas das licitantes contenham em sua composição de preços as previsões de tributos IRPJ e CSLL.

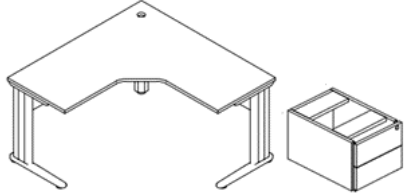
9 - Caso nos venha a ser adjudicado o objeto deste **Pregão Eletrônico n.º 019/2022**, ele será executado inteiramente de acordo com o seu Edital e seus Anexos.

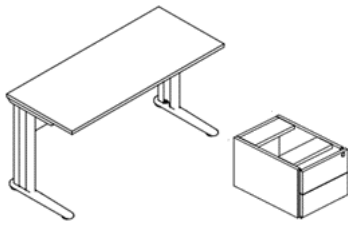
10 - Nossa proposta comercial padrão foi elaborada com base nas tabelas vigentes do Mercado.

11 - Temos plenas condições de realizar o objeto Contratado, no prazo definitivo pela Administração.

Nosso preço total, em algarismos e por extenso, para a realização do objeto do **Item** ____, descrito no Termo de Referência (Anexo I) do **Pregão Eletrônico n.º 019/2022** é o de R\$ _____ (_____), conforme abaixo discriminado:

ITEM 1
CADEIRAS GIRATÓRIAS COM BRAÇO, REGULAGENS, GARANTIA DE 5 (CINCO) ANOS.

| ITEM | UND | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL POR ITEM |
|------|-----|--|------------|----------------|----------------------|
| 01 | UND |  <p>ESTAÇÃO DE TRABALHO ORGÂNICA, TIPO EM "L".</p> <p>Dimensões: 1600 x 600 x 1400 x 600 x 740 mm (LxPxLxPxH)</p> <p>Descrição detalhada do Produto:</p> | 60 | R\$ | R\$ |
| 02 | UND | | 75 | R\$ | R\$ |



ESTAÇÃO DE TRABALHO, TIPO RETANGULAR.

Dimensões: 1200 X 600 X 740 mm (L X P X H)

Descrição detalhada do Produto:

VALOR TOTAL POR EXTENSO

R\$

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

E-MAIL :

INFORMAÇÃO BANCÁRIA:

BANCO/AGÊNCIA/CONTA CORRENTE (nomes e n.º):



Documento assinado eletronicamente por **YARA DIENNY FERREIRA DA SILVA, Pregoeiro (a)**, em 20/06/2022, às 16:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000030933501** e o código CRC **113E71BE**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA 1875, S/C - Bairro SETOR CIDADE JARDIM - GOIANIA - GO - CEP 74425-901 - (32)3272-8173.



Referência: Processo nº 202200025007582



SEI 000030933501